

---

## O trem e a nação. Os sertões e a modernidade na *Belle Époque*

*The train and the nation. The backlands and modernity in  
the Belle Époque*

Carmem Negreiros

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/CNPq

### DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2024.nEsp.a1265>

### RESUMO

No final do século XIX e início do século XX, escritores e escritoras se envolvem num projeto de redescoberta do Brasil facilitado pelas viagens, principalmente de trem, que levaram a diferentes lugares, entre eles os sertões, um enclave no esboço de nação que provocou respostas instigantes às contradições observadas. A partir de textos escolhidos de Nestor Vítor, Julia Lopes de Almeida, Afonso Arinos, Coelho Neto, Alberto Rangel, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato e Lima Barreto, pretende-se expor as tensões das viagens em busca da brasilidade que resultaram em discursos e modos de ver o país, e a cultura, que ainda hoje permanecem em disputa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trem; Nação; Belle Époque; Natureza; Viagem.

### ABSTRACT

At the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, writers became involved in a project of rediscovering Brazil, facilitated by journeys, mainly by train, which took them to different places, including the sertões, an enclave in the outline of a nation that provoked

thought-provoking responses to the contradictions observed. Based on selected texts by Nestor Vitor, Julia Lopes de Almeida, Afonso Arinos, Coelho Neto, Alberto Rangel, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato and Lima Barreto, the aim is to expose the tensions of the journeys in search of Brazilianness that resulted in discourses and ways of seeing the country and culture that are still in dispute today.

**KEYWORDS:** Train; Nation; Belle Époque; Nature; Journey.

### Tapera

O tempo é uma casa  
desabitada e esquecida  
no meio da estrada.  
Quem passou por ela  
e viu apenas uma casa,  
na verdade não  
viu nada (Siqueira<sup>1</sup>, 2017, p. 30).

Textos a partir de viagens movimentaram a tradição cultural e literária, no final do século XIX e início do século XX, para ressignificar o que é o Brasil e quem são os brasileiros. Nas disputas sobre o conceito de nação, o território é parte muito importante, pois é no espaço que a nacionalidade se torna visível. O parâmetro para as discussões partia da cidade e da ideia de civilização. A distância que separava o espaço da cidade, e da civilização, seria o critério para denominar um território de sertão. O médico e escritor Afrânio Peixoto<sup>2</sup>, que participava das equipes de saneamento e higiene, pronun-

---

1 Laureci Siqueira (1957), conhecido como Lau Siqueira.

2 Afrânio Peixoto (1876-1947) começou na literatura em 1900 com a publicação *de Lufada Sinistra*, depois *A esfinge* em 1911. Em 1914, iniciou a trilogia de romances

ciou o discurso emblemático: “Vêm-se, muitas vezes, confrangido e alarmado, nas nossas escolas públicas crianças a bater os dentes com o calafrio das sezões (...) E isto, não nos “confins do Brasil” (...) Porque, não nos iludamos, o “nosso sertão” começa para os lados da Avenida” (Lima & Hochman, Gilberto, 2000, p. 330), numa alusão ao que se distanciava do marco civilizatório mais importante daquele momento, o centro da capital do país, modelo de progresso depois das reformas urbanas. Portanto, nessa perspectiva, há vários sertões, desde os subúrbios do Rio de Janeiro ao oeste paulista; da Amazônia ao enorme interior de Minas Gerais; da ilha de Santa Catarina ao Nordeste etc.

Armados com as lentes da ciência, repletos de curiosidade e com saber enciclopédico na bagagem, partiram intelectuais, escritores e escritoras para os diferentes sertões. Interessa-nos aqui refletir os efeitos, nos discursos, do impactante encontro com o Brasil profundo, sua gente, suas histórias e imagens. Os modos de ver e narrar o país e os sujeitos, as classificações que acionam bem como as soluções para os dilemas encontrados, configuraram tensões e práticas que permanecem. Sobretudo criaram conceitos importantes, acionados ainda hoje, nas disputas entre discursos sobre brasilidade e cultura. A expressão “tapera<sup>3</sup>”, presente na epígrafe, é ruína, resíduo ou pista desses discursos e dos espaços dos sertões e, mais do que uma habitação, significa tempo, história, tradição.

---

que formariam a série sertaneja com a obra *Maria Bonita*. Foi professor concursado de Medicina Legal na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membro da Academia Brasileira de Letras.

<sup>3</sup> Aldeamento ou povoação abandonada; residência ou fazenda em ruínas, tomada pelo mato; *p.ext.* qualquer local destruído ou em mal estado (Tapera, (20--)).

## O TREM

O grande aumento da mobilidade física graças sobretudo às estradas de ferro produziu o deslocamento, quase uma peregrinação de intelectuais ao interior do país como uma espécie de confirmação dos mapas da realidade imaginada (Anderson, 2008, p.174). Escritores e escritoras se envolvem numa tarefa de conhecimento do país a partir da cidade, local de inovações tecnológicas, deslocamentos espacio temporais e transformações econômicas intensas. De trem, foram os intelectuais conhecer o que denominaram o lado oposto do cosmopolitismo e do progresso; de trem, os intelectuais encontraram o sertão, o Brasil profundo e suas inúmeras “taperas”. As viagens e expedições realizadas na direção do interior do país<sup>4</sup> foram embaladas pela atmosfera cientificista. Tudo concomitante à organização de institutos e lugares de poder (asilos, hospitais, quartéis, prisões) para enquadrar os sujeitos e desenhar uma imagem de brasilidade. Expedições científicas como as de Oswaldo Cruz e os projetos modernizadores de construção de ferrovias e linhas telegráficas representam também a integração de “projetos oficiais de delimitação de fronteiras, saneamento, utilização de recursos naturais, povoamento, integração econômica e política” (Lima, 2013, p. 116). Isso porque a noção de território brasileiro era muito problemática, muitos aspectos geográficos (relevos, fronteiras, cursos dos rios) foram repre-

---

<sup>4</sup> Organizaram-se importantes expedições ao interior como as de Cândido Rondon; as da Comissão Geológica em São Paulo; a do astrônomo Louis Cruls em 1892 ao Planalto Central visando à mudança da capital e as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz. Expedições que foram associadas a projetos como construção de linhas telegráficas, troncos ferroviários e planos de transferência da capital. “Das viagens realizadas, duas alcançaram grande repercussão: a viagem de Roquette-Pinto à região que denominou Rondônia, e a viagem dos médicos Arthur Neiva e Belisário Pena a extensas áreas das regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil” (Lima, 2008, p. 143).

sentados cartograficamente de forma equivocada e, muitas vezes, com base em notações literárias.

A natureza está no centro dos debates intelectuais a partir de temas como determinismo mesológico, em que a grandeza, força e abundância do mundo externo equivalem à pequenez da ação humana; o darwinismo social e sua associação entre os aspectos da cultura e os esquemas evolutivos biológicos da natureza orgânica; teorias, enfim, que justificavam a desigualdade das organizações sociais por hierarquias biológicas que possibilitaram a consolidação da teoria das raças, revestida de pretensa validade universal técnico-científica.

O olhar mediado pelas teorias, pelas novidades tecnológicas da cidade e pelos princípios da garantia da ordem e da civilização, vindo de intelectuais e literatos, produziu tensões múltiplas na leitura do interior do país. Para o olhar cientificista e inquiridor, o espaço rural é longínquo no tempo, sinônimo de arcaico e incivilizado. Há a mirada que aprofunda o olhar da herança romântica, resgatando lendas, mistérios e assombramentos, numa perspectiva por vezes irracionalista e mística, o sertão vertical das lendas e dos mitos, dos casos e das anedotas. É o sertão das ‘horas abertas’, do luare das fantasmagorias, das assombrações ou das superstições, enfim, o sertão do imaginário (Teles, 2009, p. 101). E, também, está presente a perspectiva técnico-científica e civilizatória que defende projetos para a adequação das populações, dos espaços e das culturas ao progresso.

Para muitos intelectuais, o trem será um meio de conhecimento do país, como para o crítico e escritor Nestor Vítor dos Santos (1868-1932) que publica, em 1912, *A Terra do Futuro (Impressões do Paraná)*, resultado de uma proposta feita ao governo paranaense para apresentar o êxito do progresso naquela região, adotando a perspectiva de testemunha, complementada com entrevistas de personalidades do estado e pesquisa de fontes. Nestor Vítor chega a Paranaguá num vapor costeiro, procedente de Santos. E é por aí que ele inicia o relato

de sua viagem e depois da “subida da serra” pela estrada de ferro Paranaguá-Curitiba. A viagem de trem expressa esse encantamento e medo da máquina, fascínio pela força com que ela desbrava e domina a natureza. “Sacode-se-nos pela primeira vez a alma num misto de deslumbramento e terror; é enorme o precipício e o espetáculo é solene como outro não se conhece bem assim. Não se sabe se admirar, se temer” (Victor, 1913, p. 84).

Julia Lopes de Almeida (1862-1934) teve presença muito importante e intensa colaboração nos jornais e revistas do período. Publicou em torno de trinta obras entre contos, romances, crônicas, manuais, livros didáticos. Incondicional defensora da educação, sobretudo para as mulheres, do progresso e das reformas. Tinha um especial olhar para a natureza e, em *A Árvore*, preconiza a preservação de árvores frutíferas com aproveitamento inteligente e sua vinculação com a qualidade de vida, a saúde etc.

Escreve o romance epistolar *Correio da roça* (1913) e nele uma mulher da cidade orienta, a partir de manuais de educação, a amiga e duas filhas a como lidar com terras abandonadas recebidas por herança do marido. Alegoria para o olhar do intelectual para a terra e para a gente. E, na obra, tanto a terra improdutiva, porque abandonada, quanto as pessoas do campo necessitam de educação para regeneração moral de seus costumes. A defesa, pela escritora, da educação para a população do campo passa também pela obstrução da memória histórica daquelas pessoas, de seus saberes, valores e concepções estéticas. Defende a riqueza nacional em contraponto ao olhar de fora, estrangeiro, mas distancia-se daqueles que subestima e despoja nos territórios que pretensamente “descobre” e deseja “civilizar”. A novidade é que são as mulheres que executam o trabalho de renovação ou de ressurreição. Apesar de ainda não prescindirem do casamento e de maridos com formação técnica necessária para o trabalho no campo.

Em *Cenas e paisagens do Espírito Santo*, publicada na revista do Instituto Histórico e Geográfico (1912), a escritora relata a experiência da viagem de observação ao Espírito Santo, sobretudo depois de tomar conhecimento de que o governador estaria negociando a derrubada de uma grande extensão de mata nativa com uma empresa internacional em troca de mão de obra imigrante, ou da promessa de trazer para o Brasil mais de três mil famílias de colonos. As cenas são descritas em muitas etapas, primeiro a viagem de trem, mostrando a exuberância e o sublime da paisagem dominada pela técnica.

Há, porém, um trecho nesta belíssima estrada da Leopoldina, de que jamais se esquecerá quem o tenha percorrido com a cabeça fora da portinhola do trem: é o soturno ou Garganta do Inferno. O trem corta o flanco da penedia imensa, cosendo com o seu corpo de reptil negro e fumegante ao corpo duro e frio da pedra branca. O precipício é terrível. Não tem mistérios. É a ribanceira enorme, íngreme, alvadia, em que se despedaçara, implacavelmente, carne humana ou ferro bruto, que nela fosse despenhado (Almeida, 1912, p. 180).

Ao fim da viagem, a autora é convencida da necessidade da derrubada das árvores nativas, para que não acabem na fogueira dos trens, pois a população por qualquer preço vende os troncos à beira da estrada para as pequenas fábricas, inclusive. E, ao mesmo tempo, o texto mostra o milagre que a terra brasileira pode oferecer a quem nela aplica trabalho e técnica.

Assim e há nisso uma tática muito inteligente, quem passar no trem, verá forçosamente por qualquer dos lados do comboio porque olhe, os talhões das diferentes culturas da fazenda, estendendo-se como mostradores em exposição permanente, pelos campos e alegrando a paisagem aqui como um tapete dourado de trigo maduro ou de arroz seco, ali com um azul de linho em flor; acolá

com outro verde de um feijoal novo ou de um canavial (Almeida, 1912, p. 210).

A cena é muito interessante: o trem atravessa uma plantação organizada às margens da estrada de ferro, e a terra arada e produtiva fica exposta aos viajantes como num mostrador de feira e de fábrica. Júlia Lopes de Almeida, em *Cenas e paisagens do Espírito Santo*, parece alinhar-se à ideia de que “classificar algo como ‘natural’ equivale nesse contexto histórico a autorizar sua exploração” (Castro, 2020, p. 149).

#### DE BURITIS E FANTASMAS

De fevereiro a dezembro de 1915, aconteceu, no Teatro Municipal de São Paulo, um ciclo de conferências patrocinado pela Sociedade de Cultura Artística. O escritor Afonso Arinos (1868-1916) apresentou conferências que se transformaram no livro *Lendas e tradições brasileiras*, publicado em 1917. A obra realiza a divulgação da cultura popular em linguagem coloquial misturada às formas eruditas, também exploradas pelo escritor, em meio a enredos surpreendentes.

Em 1898, lança *Os Jagunços*, romance publicado em folhetins no jornal que dirigia, *O comércio de São Paulo*, o primeiro livro sobre a guerra de Canudos desmentindo a imagem de que o povoado seria formado por conspiradores monarquistas e místicos. E, na coletânea de contos publicados na *Revista Brasileira*, chamada *Pelo Sertão*, podemos encontrar o emblemático poema em prosa “Buriti perdido”, a palmeira “venerável epônimo dos campos!”. Um exemplar do espécime foi escolhido para ser plantado à frente da sede do governo do Distrito Federal, à época da construção de Brasília, com dizeres alusivos ao poema de Afonso Arinos. E vale lembrar a forte presença de buritis na obra de Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas*, e nos seus diversos contos.



(...) Tu me apareces como o poema vivo de uma raça quase extinta, como a canção dolorosa dos sofrimentos das tribos, como o hino glorioso de seus feitos, a narração comovida das pugnas contra os homens do além!

Por que ficaste de pé, quando teus coevos já tombaram?

(...) Se algum dia a civilização ganhar essa paragem longínqua, talvez uma grande cidade se levante na campina extensa que te serve desoco, velho Buriti Perdido (Arinos, 2006, p. 5 e 7).

*Pelo Sertão* abrange personagens e cenas de Minas Gerais com viés melancólico acentuado por assombramentos e medos. Motivações irracionais caracterizam as ações das personagens realizadas de preferência à noite, numa simbiose entre obsessões e angústias e o passado violento e opressor que vagueia por campos ermos aterro-rizando as personagens que são “homens errantes, filhos dos pontos mais afastados desta grande pátria, sufocados pelas mesmas saudades, unificados no mesmo sentimento de amor à independência, irmanados nas alegrias e nas dores da vida em comum” (Arinos, 2006, p.16). Na paisagem noturna, veem-se casas abandonadas, antigos engenhos e suas senzalas e os fantasmas que habitam esses espaços: vítimas de brutal violência do regime da escravidão, dos estupros e dos assassinatos. A tapera guarda sofrida memória.

Novamente parou, ouvindo um farfalhar distante, um sibilo como o da refega no buritizal(...) Súbito, uma luz indecisa, coada por alguma janela próxima, fê-lo vislumbrar um vulto branco, esguio, semelhante a uma grande serpente coleando-se, sacudindo-se. O vento trazia vozes estranhas das socavas da terra, misturando-se com os lamentos do sino, mais acentuados agora. (...) As sombras fugiam, esfloravam as paredes em ascensão rápida, iluminando-lhe subitamente o rosto, brincando-lhe um momento nos cabelos endemoninhados a zombarem dele, puxando-o dali(...) – Eu

mato, eu mato, mato! – e acometeu com fúria de alucinado aqueles entes malditos (Arinos, 2006, p. 26-27).

Coelho Neto, ou Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934), na coletânea de contos *Sertão* (1896) apresenta especialmente em “Tapera” e “Praga” o desenho do campo em que predominam espaços vazios, marcados por lembranças de conflitos, misticismo na intersecção entre culturas afro e ameríndias, fantasmas de matricídio, estupro, ruínas da propriedade agrária, patriarcal e violenta. Num contexto em que a civilização e a ciência procuravam “regenerar” o país e sua gente, combatendo a praga no sertão, isto é, os corpos famintos e doentes expondo os estigmas do atraso, os contos distendem os limites da racionalidade cientificista. Na paisagem noturna, corpos explodem sensualidade, exacerbam a sexualidade, violência e morte. Sobretudo em “Praga”, o foco do narrador se amplia sobre a paisagem a sol pleno e, gradativamente, alcança o crepúsculo e a escuridão da noite, projetando o protagonista a primeiro plano para alcançar seu turbulento espaço interior. Imagens de desolação e isolamento são acentuadas por pântanos, uivos, caveiras, cruzeiros que, na volta da luz do sol, deixam um rastro, na forma de canto “lânguido e triste”. O cenário é devastador como uma “necrópole de troncos” no terreno “por onde passara a chama devastadora das queimadas”. O espaço perfeito para os delírios do protagonista quando o passado adquire o formato de terrível caveira cujo movimento provoca abismos espaciais e temporais.

Quando deu por si estava fora, entre as árvores, longe alguns passos da cabana, em meio do planalto. Quis recuar mas o esqueleto, que lhes enterrava os ossos no corpo, não se desprendia (...) Circulou um olhar vago e atemorizado; estava à borda de uma rampa íngreme, em baixo um pântano verde alumiaava (...) o assombrado ajoelhou-se, baixou a cabeça té encostar a base do queixo na terra assim de bruços, com o olhar fulvo, imóvel como o de um tigre

acuado, ficou a mirar o pequeno símbolo religioso que santificava o ermo (Coelho Neto, 1903, p. 75).

O passado ganha feição monstruosa “com rugidos ferozes” clamando por justiça e vingança. Os contos de Coelho Neto e Afonso Arinos, a partir da predominância da paisagem noturna, resgatam um modo de ver o passado – de feitio tenebroso e violento– que mesmo à luz do sol deixa marcas de tristeza. O canto do progresso não anula os gritos de um passado, cruel e violento, exposto nas ruínas, taperas e fantasmas.

### **DO SERTÃO E AMAZÔNIA**

Em meio aos debates sobre nação e brasilidade, o conflito de Canudos reacendeu disputas políticas num momento incipiente do regime republicano. Positivistas radicais e defensores de um governo ditatorial procuraram desestabilizar o governo de Prudente de Moraes (1894-1898), presidente eleito, tomando como referência os movimentos revolucionários que se disseminaram pelo país e, claro, com forte destaque para a luta conduzida por Antonio Conselheiro a partir do arraial de Canudos. E a imprensa ocupou lugar significativo nesse processo realizando a cobertura detalhada dos acontecimentos. Sem estado de sítio e derrubada de governadores, a imprensa pôde desenvolver seu trabalho de divulgação. “A campanha foi coberta por repórteres, de modo que as notícias iniciais fundadas na hipótese de um bastião monarquista foram ganhando outro caráter: o noticiário do massacre de uma população civil pobre, sem nenhum vezo ideológico, pelas armas da nação” (Caldeira, 2017, p. 348). Afonso Arinos estava entre os escritores que desmentiram em seus editoriais as ideias de conspiração dos sertanejos a favor da volta do regime monárquico. O romance *Os jagunços* (1898), como já dito, foi pioneiro no tema e esquecido pela crítica depois da publicação de *Os Sertões* (1902), por Euclides da Cunha.

Ainda hoje, entre historiadores acontecem debates em torno de qual era o modelo de trabalho implantado em Canudos e, por consequência, quais os motivos para sua destruição. Autores como Alexandre Otten, Edmond Moniz<sup>5</sup>, Luitgarde Barros, Marco Antonio Villa e Paulo Emílio Martins<sup>6</sup> defendem a ideia de que na região se estabelecera um modo de produção sertanejo, a partir do trabalho mutualista, num projeto social de “reinvenção do sertão”, liderado por Antonio Conselheiro (Martins, 2001, p. 107). Mas interessa-nos, no âmbito deste artigo, apresentar o olhar técnico, de engenheiro, dos escritores Euclides da Cunha e Alberto Rangel para o lugar fortemente imaginado pela literatura: a Amazônia.

Autor de *Inferno Verde* (1908), Alberto Rangel foi combatente a favor do governo na revolta da Armada e ocupou, como engenheiro, cargos públicos, entre eles o de secretário de governo no estado do Amazonas. Na viagem ao território amazonense, mantém o ponto de vista do observador culto, o olhar de fora que observa, classifica ou julga. No conto que dá nome ao livro, o narrador traz gradações na apreensão da natureza: o deslumbramento do visitante diante da força e exuberância do ambiente, num estado tenso de contemplação renunciando os riscos e perigos, num misto de fascínio e angústia. Aos poucos a atmosfera se torna irrespirável e a picada mortal de um inseto traduz os efeitos terríveis da natureza que se insere, como uma forma de tortura lenta, no corpo do engenheiro. Sua dor e impotência tomam a forma de delírios, febres e tremores. Do paraíso imaginado e descrito nas páginas de literatura e dos viajantes, o engenheiro conhece a parte do inferno aniquilador, de difícil apreensão racional, desde a instabilidade geográfica, isto é, o

---

5 *Canudos: a guerra social*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elo Ed., 1987.

6 *A reinvenção do sertão*. A estratégia organizacional de Canudos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

fenômeno das “terras caídas” levadas por inundações até o tormento das doenças e a ruína do corpo, com dias e noites feitos de “calor” e “praga”. “Toda a noite ele viu no entretanto horrores; ora em fogo, ora em gelo, no albor, o seu corpo parecia precipitar-se em abismos, ou achatar-se por desabamentos formidáveis” (Rangel, 1927, p. 263). Por meio do discurso do protagonista e a partir de uma tapera ou “taperi” de um “caboclo”, a natureza falava e a “florestaria”, a “floresta sofria”, com acordes e síncopes harmoniosos da mais “aterrorizante das sinfonias”. E a “terra tumultuária”, antes paraíso, torna-se inferno e – num ritmo de metáforas da tradição cristã – ganha voz para dizer:

Inferno é o Amazonas... Inferno verde do explorador moderno, vândalo inquieto, com a imagem amada das terras d’onde veio carinhosamente resguarda na alma ansiada de paixão por dominar a terra virgem que barbaramente violenta. Eu resisto à violência dos estupradores... Mas enfim, o inferno verde, se é a geena das torturas, é a mansão de uma esperança: sou a terra prometida às raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro; e que, um dia virão assentar no meu seio a definitiva obra da civilização, que os primeiros imigrantes, humildes e pobres *pionniere* do presente, esboçam confusamente entre blasfêmias e ranger de dentes (Rangel, 1927, p. 281).

A natureza é apresentada por meio de metáforas religiosas mescladas à pretensa objetividade cientificista; é sepultura para o explorador e “mansão de uma esperança” e nela convivem a “tapera” e o “roseiral”; abundância e miséria, paraíso e inferno, terra impossível de se resumir em uma síntese, como alertara Euclides da Cunha no prefácio à obra: “Amazonia, ainda sob o aspecto estritamente físico, conhecemo-la aos fragmentos[...]” e “a inteligência humana não suportaria, de improviso, o peso daquela realidade portentosa”(Cunha, 1927, p. 1). Vertigem e paradoxos resultam da difícil tentativa de

apreensão da natureza que se antropomorfiza, como ser no feminino, e resiste à “violência dos estupradores”. Amazônia torna-se “terra prometida” apenas às raças superiores, com dinheiro e técnica, para explorar tudo em nome do progresso. Nesse sentido, os habitantes e trabalhadores da região são relacionados às tradições afro e ameríndias, considerados desqualificados, “bárbaros”, portanto. “O Chico Brabo, espichado na maqueira entoava repisando uma cantiga nagô. A melopeia bárbara, que vinha d’ África, trazia algemada nos seus langorosos ritornelos a tristeza insondável de umbriguenegreiro, de velame murcho, na calma maripoda do mar...” (Rangel, 1927, p.255). O narrador traça um tempo linear, de absoluta crença no progresso e, nessa perspectiva, terra e gentes estão em processo de formação, de crescimento. Mas, para os habitantes locais não haverá espaço no tempo do futuro, estão fadados ao desaparecimento, aniquilados em nome do progresso, pelo progresso que traria recursos financeiros, militares e humanos para a exploração da terra e dos sujeitos. Coexistem no conto a crítica à exploração predatória da terra e o traçado da “linha abissal”, isto é, “a linha radical de separação entre os seres plenamente humanos e os seres sub-humanos: a naturalização mais radical das hierarquias sociais nos tempos modernos” (Santos, 2022, p. 76). Dito de outro modo, os habitantes da região, quer seja o caboclo, o indígena ou o “soldado da borracha” nordestino, serão todos exterminados em nome do progresso. As populações que habitam a Amazônia seriam incapazes de desenvolver conhecimento, trabalho produtivo, técnica e civilização. Estariam, pois, fora da História.

Euclides da Cunha (1866-1909) foi nomeado chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, em dezembro de 1904, indicado pelo Barão de Rio Branco com a expectativa de fixar a fronteira do Brasil com o Peru e, quiçá, produzir um grande livro sobre a Amazônia que, à primeira vista, frustrou o escritor contaminado de imagens da exuberância e beleza construídas pela ficção. “Ao revés da admira-

ção ou do entusiasmo, o que nos sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento” (Cunha, 1995, p. 249). Também relata a mesma sensação descrita por Alberto Rangel de “terras caídas”, ou seja, as margens e os limites soçobravam ao movimento e força das águas; a desproporção entre a grandiosidade do espaço e a pequenez dos sujeitos que nele habitam. “Nunca se armou tão imponente cenário a tão pequeninos atores” (Cunha, 1995, p. 282). Em “Os caucheiros”, que integra o volume *À margem da história*, Euclides apresenta a faina da extração da borracha e impressiona a quantidade de referências a diversas etnias indígenas, tanto quanto a descrição da violência e extermínio de que são vítimas. “E os caucheiros aparecem como os mais avantajados batedores da sinistra catequese a ferro e fogo, que vi exterminando naqueles sertões remotíssimos os mais interessantes aborígenes sul-americanos” (Cunha, 1995, p. 289). Predomina a definição de deserto para o espaço, apesar do enorme contingente de espoliados que habitam a região, todos vivem como nômades na floresta “vida errante ou tumultuária” de caçadores de árvores porque “esgota-se em pouco tempo o cauchal mais exuberante”, uma vez que “a *castilloa* elástica que lhe fornece a borracha apetecida não permite, como as *heveas* brasileiras uma exploração estável [...] Assim o extrator derruba-a de uma vez para aproveitá-la toda” (Cunha, 1995, p. 283).

No ambiente há uma tênue gradação entre aqueles que exploram e os explorados trabalhadores que extraem a borracha, ambos chamados de caucheiros, semelhantes na tarefa de desbravadores para instaurar na floresta apenas a “miragem de progresso”. O intelectual viajante acompanha todo o processo, desde chegada dos exploradores “para ferir e matar o homem e a árvore” até os armazéns abarrotados de mercadorias; depois o viajante penetra nos recessos da mata para assistir à perfídia que grassa à vontade numa terra cuja

lei é a do rifle. O caucheiro passa da “mais refinada galanteria” com os exportadores de Iquito ou Manaus “à máxima brutalidade”. E o autor o classifica como “o homúnculo da civilização” (Cunha, 1995, p. 259). A Amazônia aparece como uma terra em que não há leis, trabalhadores escravizados que se brutalizam na disputa por sobrevivência e espaço feito de desertos e vazios, sinalizados por ruínas de árvores, casas e gentes, portanto, “ruinaria deplorável”. Toda a desumanidade é exposta em períodos curtos que constroem quadros vívidos e impactantes num tom pretensamente objetivo, descritivo, metódico.

Num dia de julho de 1905, quando chegava ao último *puesto caucheiro* do Purus uma comissão mista de reconhecimento, todos os que a compunham, brasileiros e peruanos, viram um corpo desnudo e atrozmente mutilado, lançado à margem esquerda do rio, num claro entre as frecheiras. Era o cadáver de uma amauaca<sup>7</sup>. Fora morta por vingança, explicou-se vagamente depois. E não se tratou mais do incidente – coisa de nonada e trivialíssima na paragem revolvida pelas gentes que a atravessam e não povoam, e passam deixando-a ainda mais triste que os escombros das estâncias abandonadas... (Cunha, 1995, p. 290).

Os exploradores que “atravessam a região” e “não a povoam” não têm lugar na História para o observador viajante movido pela abstração civilizadora. Naquele território distante no espaço e tempo, toda a diversidade cultural e étnica resume-se a termos específicos como “bárbaro” e “civilizado sinistro”. Se, de um lado, o autor critica a ação dos exploradores definida como “conquista”, espécie de “re-

---

<sup>7</sup> Indígena pertencente ao grupo dos amauacas, grupo indígena que habita o Sudoeste do Acre (área indígena Kampa do rio Envira) e o Peru. No passado, eram assim chamados vários grupos que habitavam o Sudoeste do Amazonas, entre os rios Juruá e Purus. Etnônimo brasílico *Amawaka* (Amuaca, [20--]).



miniscência a tática de Pizarro”; por outro, desconsidera a especificidade dos sujeitos e suas culturas, a forma como compreendem a relação com o ambiente. A própria natureza é compreendida como objeto hostil e estranho a ser explorado, dominado e diverso da condição humana. O viajante intelectual não concorda com a civilização movida à bala, com a brutalidade que esbanja riqueza em Paris “numa oscilação estupenda das avenidas fulgurantes para as florestas solitárias” (Cunha, 1995, p. 290). O viajante intelectual sonha com a civilização, tão opressora quanto, com semelhantes princípios, mas feita de outros instrumentos mais refinados com ciência, técnica, régua e microscópio. No horizonte, vislumbra-se a defesa do modelo civilizatório do liberalismo europeu. Os olhares de Euclides da Cunha e Alberto Rangel para a Amazônia podem representar a consciência cindida e a profunda ambiguidade que marca a elite intelectual: defende as terras e gentes contra o outro invasor metropolitano ao mesmo tempo em que deseja distanciar-se daqueles que despoja naqueles territórios.

Trata-se da *pedagogia da exterioridade* estudada e descrita por pensadores como Aníbal Quijano e Walter Dignolo, isto é, são incapazes de se expressar a partir da região em que se situam. Seu discurso “é capturado por um poder político que o persuade ou o obriga a localizar-se em referência a outros centros geográficos impostos à subjetividade pela poderosa retórica que administra o mundo, a retórica colonial” (Segato, 2021, p. 65). Olhares que produziram, na literatura e na cultura, a cegueira epistêmica e invisibilizadora para a Amazônia, uma vez que toda a diversidade e pujança da natureza foi compreendida como obstáculo e impedimento ao progresso; o conhecimento, as tecnologias de seus habitantes desqualificados e a ideia de natureza como algo exterior aos seres humanos persistem nas tensões contemporâneas.

## O DISCURSO E A “PRAGA”

Acompanhamos até aqui os debates sobre a nação atravessados pela necessidade de explorar o território, sobretudo a partir das viagens dos intelectuais. Os chamados caminhos de ferro cumpriam a finalidade de ocupar os espaços, facilitar o mapeamento dos recursos naturais e a produção de mapas<sup>8</sup> para a exploração econômica das riquezas naturais. Ao mesmo tempo, permitiam o maior deslocamento de expedições científicas para o levantamento das condições epidemiológicas e socioeconômicas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

Essas viagens constituem o projeto de integração do interior brasileiro e preparam as bases de elaboração de nova ideia de nacionalidade. Designado por Oswaldo Cruz<sup>9</sup>, o então jovem pesquisador Carlos Chagas parte para uma expedição científica ao norte de Minas Gerais em campanha de combate à malária. As pesquisas na região levaram-no a identificar o agente causador, o *trypanosoma cruzi*, daquela que seria conhecida posteriormente como doença de Chagas. Realizou o estudo de todos os aspectos da moléstia: anatomia patológica, epidemiologia, etiologia, formas clínicas, meios de transmissão, patogenia, profilaxia e sintomatologia. Um ano após sua descoberta, recebeu o reconhecimento dos meios científicos internacionais.

---

<sup>8</sup> Vale destacar o lançamento da Carta Geral de 1922, primeiro mapa do Brasil na República criado para comemorar o Centenário da Independência, considerado o primeiro mapa científico do Brasil (Museu de Astronomia e Ciências Afins, (202-)).

<sup>9</sup> Oswaldo Cruz obteve êxito no combate à peste bubônica, varíola e malária na capital da República e, em 1903, é nomeado Diretor Geral da Saúde Pública e do Instituto Soroterápico Federal (Instituto Soroterápico Federal, criado em 1900 e conhecido como Instituto de Manguinhos, a partir de 1908 passa a ser chamado de Instituto Oswaldo Cruz), promovendo a organização de expedições científicas para o interior do país.

A doença de Chagas assume lugar significativo nos debates sobre o país, sendo classificada como a “doença do sertão” e chamando a atenção das elites para o isolamento tanto geográfico quanto cultural, o analfabetismo, a pobreza, o abandono e o atraso em relação ao litoral tido como civilizado. Em 1916, o médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Miguel Pereira, lançou, durante uma conferência<sup>10</sup>, a famosa frase: “O Brasil ainda é um imenso hospital”, incrementando o fervor nacionalista (durante a Primeira Guerra Mundial) etemas como “a questão racial, a imigração, a educação e, em especial, o recrutamento militar entre cruzavam-se na perspectiva de identificar as mazelas e as chances de regeneração do país” (Kropf, 2010, p. 68). Em fevereiro de 1918, foi criada a Liga Pró-Saneamento do Brasil, que congregou vários intelectuais e políticos da capital da República como resultado das pesquisas anteriores e da série de reportagens publicadas por Belisário Penna no jornal *Correio da Manhã*, ainda a partir de 1916, e reunidas no livro *Saneamento no Brasil*<sup>11</sup>. As lideranças dessas campanhas pelo país são representadas por Oswaldo Cruz (1872- 1917), Carlos Chagas (1879-1934), Belisário Penna (1868-1939) e Arthur Neiva (1880-1934).

O escritor José Bento Renato Monteiro Lobato (1882-1948) foi fervoroso adepto das propostas de saneamento dos sertões e criador do célebre “Jeca Tatu”, personagem do conto “Urupês” que integra a coletânea de contos de mesmo nome, publicada em 1918. No conto, a perspectiva adotada pelo narrador é a da crítica aos discursos construídos por intelectuais sobre a identidade cultural brasileira e,

---

<sup>10</sup> Pronunciou a frase em discurso de recepção a Aloysio de Castro, então diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, recém-chegado da Argentina, em outubro de 1916.

<sup>11</sup> *Saneamento do Brasil*, de Belisário Penna, lançado pela Typ. Revista dos Tribunaes, Rio de Janeiro, 1918.

num tom ensaístico, expõe, na abertura, as várias fases desses discursos, desde “o balsâmico indianismo de Alencar” à “etnologia dos sertanistas”, ironizando a nova moda difundida entre seus pares, “o caboclismo” (Lobato, 1956<sup>a</sup>, p. 242). Contemporânea à escrita do conto, crescia uma onda mistificadora do sertão e sua gente com obras como *Porque me ufano de meu país* (1900), do conde Afonso Celso, até as publicações de Catulo da Paixão Cearense, como *Meu Sertão* (1918), *Sertão em flor* (1919); Valdomiro Silveira Lareias (1837-1941) escreveu obras apresentando uma espécie de dialeto caipira, como em *Os Caboclos* (1920), e é comparado a João Simões Lopes Neto (1865-1916), autor de *Cancioneiro Guasca* (1910), *Contos Gauchescos* (1913), *Lendas do sul* (1913) e outras.

Monteiro Lobato desenha o perfil do homem do campo como “funesto parasita da terra”, “seminômade”, “impermeável ao progresso”, cheio de “superstições”, “inadaptável à civilização”, definindo-o, enfim, como “urupê de pau podre”. Nessa regra, há uma exceção, o opulento vizinho do “jeca” que fabrica polvilho azedo “tendo amealhado com ambos, voto e polvilho, para mais de quinhentos mil reis no fundo da arca” (Lobato, 1956<sup>a</sup>, p. 249). Esse produtor rural remediado gaba-se de esperteza nos negócios, mas é caracterizado como dono de uma inépcia mental e sujeição incondicional ao coronel mandatário da região, depositando nas mãos do chefe o comprovante de sua votação ou o “dipeloma”. O tom ensaístico do início diluiu-se em momentos de ironia e chama atenção, no entanto, a forma como Lobato resolve concluir o conto, mesclando aqueles efeitos estéticos muito comuns nos discursos do indianismo romântico à tristeza e à desolação causadas pela exploração predatória, pelas doenças e abandono das pessoas. Insere, assim, em pleno *locus amoenus*, o ar sombrio, lúgubre e triste e a impotência do homem do campo.

No meio da natureza brasílica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a infolhescên-

cia dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisíaca em escachô permanente, o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas.

Só ele não fala, não canta, não ri, não ama.

Só ele no meio de tanta vida, não vive... (Lobato, 1956<sup>a</sup>, p. 256).

Em “Velha Praga”, que faz parte da mesma coletânea *Urupês*, Lobato chama a atenção para a tradicional e terrível prática das queimadas cujas consequências faz questão de expor em detalhes.

As velhas camadas de húmus destruídas; os sais preciosos que, breve, as enxurradas deitarão fora, rio abaixo, via oceano; orejuvenescimento florestal do solo paralisado e retrogradado; a destruição das aves silvestres e o possível advento das pragas insetiformes; a alteração para pior do clima com a agravação crescente das secas; os vedos e aramados perdidos; o gado morto ou depreciado pela falta de pasto; as cento e uma particularidades que dizem respeito a esta ou aquela zona e, dentro delas, a esta ou aquela ‘situação’ agrícola (Lobato, 1956<sup>b</sup>, p. 234).

E culpabiliza o caboclo por transformar a serra da Mantiqueira num “enorme cinzeiro”, destruindo o ambiente para abandoná-lo em seguida. “Quando se exaure a terra, o agregado muda de sítio. No lugar fica a tapera e o sapezeiro. [...] nada mais lembra a passagem por ali do Manoel Peroba, do Chico Marimbondo, do Jeca Tatu ou outros sons ignaros, de dolorosa memória para a natureza circunvizinha” (Lobato, 1956<sup>b</sup>, p. 240). A praga ganha, portanto, uma imagem: o trabalhador do campo, visto como obstáculo à civilização e ao progresso.

Durante e após essas publicações, o debate se torna bastante intenso e Lima Barreto (1881-1922) dele participará quer na tribuna da

imprensa, quer com a criação de textos ficcionais. No mesmo ano de 1918, publica a crônica “Problema Vital” para tratar das soluções oferecidas pelos sanitaristas e, sobretudo, questionando Monteiro Lobato quando este denomina o homem do campo de “velha praga”.

Vale destacar que, para a elite política e econômica, os males do Brasil estavam nas classes populares; suas tradições, crenças, cores e faces mostram a descendência de escravos abandonados à própria sorte nas terras do interior ou deambulando em busca de sobrevivência nas periferias das cidades. Seus hábitos e costumes foram considerados “incivilizados” e foram motivo de forte repressão policial. As doenças, resultantes das más condições de alimentação e moradia, tornaram-se de imediato, para a elite, o grande obstáculo que impedia o país de trilhar a via do progresso, fazendo-a abrir caminho ao sanitarismo comandado pelos médicos. A higiene seria instrumento de reforma social e moral do país. O discurso médico apresentava a proposta de intervenção biológica e, por meio da regeneração física e moral do indivíduo, promovia a normalização do corpo social. Lima Barreto elogia a publicação e sucesso de *Urupês* (“não há quem não o tenha lido”) e se detém em “Problema Vital”, uma coleção de artigos publicados por Lobato no *Estado de São Paulo*, referentes à questão do saneamento no Brasil e às doenças do sertão. “Todas elas têm uns nomes rebarbativos que me custam muito a escrever, mas Monteiro Lobato os sabe de cor e salteado” (Barreto, 1956a, p. 131). O bom humor antecipa a dura crítica às práticas dos sanitaristas, destacando a antiga questão social e econômica, característica do trabalho no campo, visível na posse precária de terra e rudimentares condições de subsistência e educação.

A nossa tradicional cabana de sapê e paredes de taipa é condenada e a alimentação dos roceiros é insuficiente, além do mau vestuário e do abandono do calçado.

A cabana de sapê tem origem muito profundamente no nosso tipo de propriedade agrícola – a fazenda. Nascida sob o influxo do regime do trabalho escravo, ela se vai eternizando, sem se modificar, nas suas linhas gerais. Mesmo em terras ultimamente desbravadas e servidas por estradas de ferro, como nessa zona da Noroeste, que Monteiro Lobato deve conhecer melhor do que eu, a fazenda é a forma com que surge a propriedade territorial no Brasil. Ela passa de pais a filhos; é vendida integralmente e quase nunca, ou nunca, se divide. O interesse de seu proprietário é tê-la intacta, para não desvalorizar as suas terras. Deve ter uma parte de matas virgens, outra parte de capoeira, outra de pastagens, tantos alqueires de pés de café, casa de moradia, decolonos, currais, etc. Para isso, todos aqueles agregados ou coisa que valha, que são admitidos a habitar no latifúndio, têm uma posse precária das terras que usufruem; e, não sei se está isto nas leis, mas nos costumes está, não podem construir casa de telha, para não adquirirem nenhum direito de locação mais estável.

Onde está o remédio, Monteiro Lobato? Creio que procurar meios e modos de fazer desaparecer a ‘fazenda’ (Barreto, 1956a, p. 132).

As questões apontadas até aqui como nomadismo, errância, precariedade na forma de trabalho expressas nas taperas, a dita falta de ação e o analfabetismo ganham profundidade histórica, transformando-se na argumentação de Lima Barreto em fator estrutural da cultura brasileira, e não escolhas ou deficiências “doenças”, dos indivíduos. “Ainda que não se possa desprezar a parte médica”, destaca o escritor, “precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade de terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na ‘Casa Grande’ ou no Rio ou em São Paulo”. E completa: “Isso é o que eu chamaria ‘Problema Vital’” (Barreto, 1956a, p. 133). O escritor carioca já permite, nas décadas iniciais do século XX, tangenciar a compreensão do extrativismo “como padrão oligárqui-

co de apropriação e concentração de terras” e da “implementação de uma economia estruturada principalmente em torno da produção monocultural de *commodities*” e, por isso, “desconectada da subsistência das populações locais” (Machado Aráoz, 2023, p. 13).

Para ler a nação, Lima Barreto opta por outro tempo de escrita, a ficção, que começa com a escolha da biblioteca do protagonista do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Os primeiros capítulos da obra já expõem as fissuras na ideia de nação, conceito em disputa na Primeira República. Por meio da ficção e das ações do personagem, Lima Barreto desvenda uma nação dividida, e a heterogeneidade cultural aparece envolta em véu de ilusão e violência. Policarpo Quaresma enfrenta os tempos disjuntivos da brasilidade, paga com a vida por concluir que “a pátria era um mito” e expõe ao leitor onde assimilara essas narrativas de nação: nos livros de literatura, de história, nas narrativas de viagens, nas canções e lendas etc. Todos dispositivos discursivos que plantaram “palmeiras e sabiás”, símbolos de uma natureza “exuberante” em nosso imaginário. Discursos que negam as questões estruturais que trincam a imagem homogênea de brasilidade: a escravidão (indígena e negra), matriz da violência, do autoritarismo no controle de corpos e sujeitos excluídos, estigmatizados, recolhidos compulsoriamente ou expulsos do pátria amada.

### **AS VIAGENS E A CRÍTICA**

Escritores e escritoras se empenharam nas viagens pelo país em busca da brasilidade e/ou como ajustá-la aos modernos parâmetros ocidentais. Para melhor enfoque, adotaram vários ângulos de observação que permitiam expor também com quais lentes observavam, qual figurino tomavam como referência. E, em primeiro plano, aparece o embate entre os valores que traziam na bagagem e os sujeitos e a realidade que contemplavam. A mediação se realizou por meio de uma aproximação curiosa, corajosa ou até mesmo paternalista. Os



discursos que produziram, a partir dessas experiências, apresentaram contradições duradouras, que marcaram profundamente a crítica cultural e literária.

De um lado, retrataram as atividades econômicas como brutais e próprias do sistema extrativista predatório de indivíduos e natureza. Os resultados são visíveis na descrição da errância e nomadismo de trabalhadores, da luta feroz pela subsistência, da prática de queimadas, da frequência de vazios e desertos deixados pela monocultura e outras atividades de destruição do ambiente, na precarização do trabalho e da vida como um todo. Atuam para isso como testemunhas *in loco* nos mais diferentes rincões do país e, como utilizam as lentes da ciência e do progresso, só enxergam atraso, doença e inépcia, e ruínas por falta ou ausência do que chamam de racionalidade e de método que seriam típicos do modelo econômico liberal de matriz europeia.

De outro lado, preferem a viagem feita sob a paisagem noturna para melhor visualizar o passado tenebroso de violência, expropriação e dor que só por meio de delírios febris e pesadelos pode ser acessado, por vozes e gestos de fantasmas e assombrações, pelo canto lúgubre que ecoa, mesmo sob o sol a pino, nos campos decadentes deixados pelas ruínas da monocultura. O encontro desses dois modos de ver resume-se na presença da tapera que persiste no imaginário e na vida cultural, com semelhantes tensões e impasses que o Modernismo não resolveu. Apenas aprofundou.

Hoje, como leitores dos discursos produzidos nas décadas iniciais do século XX – a partir das viagens em busca do Brasil, e dos brasileiros –, podemos perceber que a retórica da modernidade celebra tecnologias como o trem para acelerar o domínio do espaço prometendo o controle do futuro. No entanto, esconde “seu lado mais escu-

ro”<sup>12</sup>, isto é, as práticas econômicas que dispensam vidas humanas, o conhecimento que justifica o racismo, a pretensão eurocêntrica de ser a exclusiva produtora e protagonista da modernidade. E, não menos importante, podemos perceber o debate entre intelectuais, escritores e escritoras de como essas noções se relacionam com situações concretas, complexas e deles exigem escolhas nada confortáveis, presentes ainda nas tensões atuais. E o/a escritor/a contemporâneo/a, intrigado/a pelo mesmo sertão, questiona por meio de seus personagens os vazios da monocultura, a violência da expropriação: “Fazia tempo que Rita não vinha por esses lados, não sabia que ali já se encontravam tamanhos vazios. Então onça não tem mais, ela pensa, sentindo de repente que tem mais medo da soja que dos bichos” (Tort, 2021, p. 21).

RECEBIDO: 30/09/2023

APROVADO: 25/11/2023

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Julia Lopes de. *Scenas e Paizagens do Espírito Santo*. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo LXXV, 1912, p. 177-217.

ALMEIDA, Julia Lopes de. *Correio da roça*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1913.

ALMEIDA, Julia Lopes de; ALMEIDA, Afonso Lopes de. *A árvore*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1916.

AMAUACA. In: DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. [20--]. Disponível em: [https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol\\_www/v6-1/html/index.php#2](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#2). Acesso em: 06 mar. 2024.

---

<sup>12</sup> Walter Mignolo afirma ser a colonialidade o lado mais escuro e constitutivo da modernidade. O conceito colonialidade foi introduzido pelo peruano Aníbal Quijano no final dos anos 1980 e nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos tem sido uma dimensão constituinte, embora minimizada (Mignolo, 2017).

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARINOS, Afonso. *Contos: Pelo Sertão; histórias e paisagens; a rola encantada*. Edição preparada por Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Bagatelas*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1956a. v. 9.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Brasiliense, 1956b, vol.2.
- CALDEIRA, Jorge. *História da riqueza do Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1ª reimpressão, 2020.
- COELHO NETO, Henrique Maximiliano. *Sertão*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Livraria Chardron, 1903.
- CUNHA, Euclides da. À margem da História. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p. 247-425.
- CUNHA, Euclides da. Diário de uma expedição, Canudos, *O Estado de São Paulo*, 01 de outubro de 1897.
- CUNHA, Euclides da. Preâmbulo a Inferno Verde. In: RANGEL, Alberto. *Infernoverde*. Com prefácio de Euclides da Cunha. 4ª. ed. Tours: Typographia Abraut & Cia. 1927. p.01-22.
- KROPF, Simone Petraglia. A descoberta da doença dos sertões: ciência e saúde nos trópicos brasileiros no início do século XX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2010.
- LOBATO, M. Urupês. In: *Urupês. Obras Completas de Monteiro Lobato*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a., v. 1. p. 241-256.
- LOBATO, M. Velha praga. In: *Urupês. Obras Completas de Monteiro Lobato*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1956b., v. 1. p. 233-240.

LIMA, Nísia Trindade. A cidade descobre o sertão. Notas sobre a viagem de Roquette- Pinto a Rondônia e a dos médicos Arthur Neiva ao Brasil Central. In: ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de Rezende (Orgs.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2000, v.5, n.2 [Acessado 10 set. 2023], pp. 313-332. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000200007>>. Epub 19 Jul 2007. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000200007>.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. *A reinvenção do sertão*. A estratégia organizacional de Canudos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MACHADO ARÁOZ, H. América: mina e plantação. Uma perspectiva de colonial sobre as origens do Antropoceno. *GEOgraphia*, v. 55, n. 25, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/59523>. Acesso em: 06 mar. 2024.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. Introdução de The darker side of western modernity: global futures, decolonial Options. Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol 32, nº94 junho/2017.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *Um mapa para a República*. [202-]. Disponível em: <https://indd.adobe.com/view/a1d23e60-bd07-44e7-bcf2-7098135208e5>. Acesso em: 06 mar. 2024.

MONIZ, Edmond. *Canudos: a guerra social*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elo Ed., 1987.

PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918.

RANGEL, Alberto. *Inferno verde*. Com prefácio de Euclides da Cunha. 4ª. ed. Tours: Typographia Abrault & Cia. 1927.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Descolonizar: abrindo a história do presente*. Tradução de Luís Reyes Gil. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Boitempo, 2022.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Tradução Danielli Jatobá, Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SIQUEIRA, Lau (Laureci). *A memória é uma espécie de cravo ferrando a estranhezas coisas*. Porto Alegre: Casa Verde, 2017.

TAPERA. In: DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. [20--]. Disponível em: [https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol\\_www/v6-1/html/index.php#1](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#1). Acesso em: 06 mar. 2024.

TELES, Gilberto Mendonça. O lu(g)ar dos sertões. *Verbo de Minas*, Juiz de Fora, v.8, n. 16, 2009, p. 71-108.

TORT, Paulliny. *Erva brava*. São Paulo: Fósforo, 2021.

VICTOR, Nestor. *A Terra do Futuro (Impressões do Paraná)*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1913.

### MINICURRÍCULO

**CARMEM NEGREIROS** é Professora associada do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista CNPq e Cientista de Nosso Estado/CNE/FAPERJ. Doutora e mestre em Teoria Literária pela UFRJ. Possui artigos publicados sobre Lima Barreto, sendo o mais recente “De retalhos e redes faz-se um romance: a criação em Lima Barreto” na *Manuscrita: Revista de Crítica Genética*, (51), 68-83, 2024. Entre seus livros, destacam-se *Lima Barreto/Triste fim de Policarpo Quaresma* da Coleção Archives/UNESCO, organizado com Antonio Houaiss, em 1997; *Lima Barreto, caminhos de criação* (em parceria com Ceila Ferreira, publicado pela EDUSP, 2017) e *Lima Barreto em quatro tempos* (Relicário, 2019). Coordena o LABELLE- UERJ - Laboratório de estudos de literatura e cultura da *Belle Époque* <http://labelleuerj.com.br/>